

DANIEL FREITAS DE SOUZA

**PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES**

GOIÂNIA

2022

DANIEL FREITAS DE SOUZA

**PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES**

TCC elaborado para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Ma. Zélia Maria Borges

GOIÂNIA

2022

DANIEL FREITAS DE SOUZA

PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES

Apresentação de TCC, na modalidade de TCC, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof^a Orientadora: Ma. Zélia Maria Borges _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof^a Convidada: Márcia Helena Curado _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, ___/___/2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores homens que atuam na Educação Infantil bem como as professoras mulheres que também se dedicam ao tão belo ato de educar. Aqui, por motivos de escrita tenho que separá-los, por ter um sujeito de pesquisa, mas vocês são um só, tendo o mesmo intuito: mediarem a aprendizagem e o desenvolvimento de sujeitos cidadãos. Educar crianças é ver virtudes no mundo e se alegrar no desenvolvimento esplêndido que percebemos durante os anos. Ser um mediador de conhecimento aos pequenos é pensar no futuro trabalhando o hoje. Não teremos futuros cidadãos, eles são cidadãos hoje. São sujeitos históricos, culturais, sociais, e políticos, que criticam e percebem o mundo. Temos que aprender muito com as crianças, portanto dedico esse trabalho também a elas que passaram e passarão pela minha trajetória docente, meu desejo a elas que sejam plenos e livres de rótulos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar forças para conseguir chegar à conclusão deste trabalho. Ele tem a primazia em tudo. Aos meus pais e familiares pelo carinho, amor e sabedoria e por terem me conduzido a ser a pessoa que sou hoje. A professora e orientadora Zélia Borges que fez possível a discussão que objetivei nesse trabalho a partir de suas orientações. Aos meus colegas de curso que sempre fizeram presente a discussão de gênero e me estimularam a debater esse tema. Enfim, a todos que diretamente ou indiretamente me auxiliaram com palavras e brados de expectativas.

EPIGRAFE

“A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se assumiram como seres capazes de saber”.

(Paulo Freire)

RESUMO

PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES

Daniel Freitas de Souza*

Zélia Maria Borges**

RESUMO: O estudo aqui apresentado traz uma reflexão sobre a atuação de profissionais do gênero masculino como professores na Educação Infantil, assim como uma contextualização histórica do papel de mulheres e homens definidos socialmente. O objetivo da pesquisa é compreender por que ainda nos dias de hoje a atuação docente ainda voltada e constituída majoritariamente por mulheres, mesmo não tendo nenhuma obrigatoriedade nos documentos oficiais, que as coloquem como mais aptas a exercerem essa função. É feito um apanhado histórico de homens na Educação Infantil e o surgimento de creches e pré-escolas no Brasil descrevendo-as com quais finalidades esse nível de ensino surge e para quem ele era voltado a princípio. O trabalho traz algumas ponderações a respeito da divisão do trabalho por gênero, em específico na atuação docente, em que a sociedade tende a ver com naturalidade a atuação feminina e com desconfiança e preconceito a de homens. O estudo em si, visa desmistificar o senso comum de que o ambiente da Educação Infantil deve ser restrito as mulheres, e uma quebra de padrões de gênero, que define funções, tendo o sexo dos indivíduos como premissa, e a possibilidade de uma maior inserção de profissionais homens nesse seguimento da educação, por não se achar nenhuma evidência que os coloquem como menos capazes de cuidar e educar crianças na Educação Infantil.

Palavras-chave: Gênero; Professor Homem; Educação Infantil; Atuação; Preconceitos

* Estudante do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

**Professora orientadora do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestre em Educação Brasileira.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	12
BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A ATUAÇÃO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO.....	12
1.1 Breve história da Educação Infantil no Brasil: da República até a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010).....	12
1.2 A construção social da atuação do homem na Educação Infantil	19
CAPÍTULO 2	24
PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES	24
2.1 A atuação do homem pedagogo na Educação Infantil.....	24
2.2 Limites na atuação do homem pedagogo na Educação Infantil	29
Considerações finais	32
Referências	35

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é elaborado para fins avaliativos na disciplina de TCC I e II do curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, é uma atividade obrigatória, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia.

Este TCC tem seu aporte metodológico na pesquisa bibliográfica a qual visa estudar a atuação dos professores homens na Educação Infantil, seus desafios, conquistas e reconhecimentos. Busca-se evidenciar neste estudo, a partir de revisão teórica e documental, as resistências decorrentes e os preconceitos, identificar como se encontra na atualidade as relações de trabalho e a comunidade escolar, bem como as tendências na aceitação do desempenho masculino e seu reconhecimento na Educação Infantil. Neste trabalho incorpora-se, através de fontes preliminares, produções teóricas, regulamentações e procedimentos que norteiam as análises e discussões que envolvem a temática: PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES. Para a investigação destacou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios, conquistas e o reconhecimentos da atuação do homem pedagogo na Educação Infantil?

A complexidade da resposta é tanta que parece deixar tudo a que ela se refere em suspensão, e pretendo aprofundar meus conhecimentos a respeito. Escolhi esse assunto porque é uma das atividades mais bonitas, mais apaixonantes, mais gratificantes que existe, árdua, porém, indescritivelmente bela. Conhecer os alunos, trabalhar os conhecimentos, receber conhecimentos, porque a troca é constante e infinita, criar laços, acompanhara a aprendizagem e o desenvolvimento e contribuir para que ele se dê de forma prazerosa, mostrar ideias e caminhos novos.

Mentiria se negasse que sou idealista e que acredito com toda firmeza na capacidade de transformação social pela educação. Mesmo sendo um pedagogo homem na área da educação, com tantos preconceitos já formados pela sociedade e até mesmo pelos gestores das instituições, sempre estive inserido

em instituições de educação, ministrando aula de música em projetos das escolas. Nesta vivência pude me deparar com diversos preconceitos de pais das crianças, e até mesmo de professoras das instituições, a partir de frases, como: “Você é homem, não serve pra ser professor, minha filha não vai ficar nessa escola com um homem na sala de aula, ele não vai dar banho na minha filha”. Presenciei muitas dessas falas sem ao menos ser pedagogo regente nas instituições, é como se a presença masculina neste nível de ensino fosse ameaçadora.

Sempre tive plena consciência desses impasses a serem desconstruídos. Percebi também no meu caminhar nas instituições que era um lugar predominantemente de mulheres, que não havia homens em instância nenhuma das instituições. Outro motivo que me levou a escolha desse tema foram os impasses a ser trabalhados e desconstruídos pouco a pouco. E como ponto positivo insisto que não existe atividade mais prazerosa e interessante do que conviver com uma criança, a curiosidade natural, o deslumbramento com o banal, a empolgação com o novo e a vivacidade desde os poucos meses de vida me encanta. Talvez seja ingenuidade, mas receber um abraço no final do dia, ouvir um “vou ficar com saudade professor”, ouvir desabaços daqueles que confiam tanto em você que decidem compartilhar um pouco mais de suas vidas, é muito gratificante.

Quem já não ouviu que aquele que trabalha com o que ama, nunca tem que trabalhar? Eu me divirto dando aulas, ouço meus alunos, compartilho experiências, brincamos e sorrimos todos juntos. Acredito no que faço, acredito nas crianças e no potencial que cada uma delas tem para transformar a sua própria realidade.

Em textos que tive a oportunidade de ler é evidente que a sociedade ainda pensa o mundo de forma excludente e preconceituosa quando, por exemplo, associa ao homem a ideia de masculinidade ligada somente ao provedor, forte, rude, disciplinador e à mulher a noção de feminino condizente com uma pessoa boa, carinhosa, maternal e redentora. Indo um pouco mais além nestas reflexões, os homens são vistos como “extremamente sexuais” e insensíveis, em oposição às mulheres, o que as tornam mais aptas e recomendadas para atuarem com crianças pequenas.

Como consequência, a presença de homens atuando na docência infantil nos dias de hoje, para a faixa de 0 a 5 anos, se mostra como minoria, e, quando ocorre, causa estranheza não só na escola, mas também nas famílias. Sobre esta questão há diversas situações que proporcionam constrangimentos ao homem pedagogo, por exemplo, a própria formação em pedagogia que ainda é vista como um curso reservado para mulheres, o que gera preconceito, a desmotivação e a desvalorização do trabalho.

A presença de professores do sexo masculino na Educação Infantil se apresenta viável com as inovações introduzidas na legislação sobre a infância, no que diz respeito à Educação Básica, pois promoveu a abertura de concursos públicos legitimando a presença desses profissionais sem distinção de gênero também na Educação Infantil. Porém, ainda é necessário lutar para romper com os preconceitos socioculturais decorrentes da profissão, sem prejudicar os trabalhos e a relação com os demais envolvidos no processo.

Na minha concepção, e pretendo identificar e fundamentar teoricamente, no cotidiano das séries iniciais da Educação Básica, a existência de homens é fundamentalmente importante para as crianças, pois as mesmas podem contar com a referência masculina em suas vidas, o que é de suma importância ao seu pleno desenvolvimento. Porque é nessa fase de suas vidas que mais convivem com a figura materna assim como as avós, tias, primas, babás e funcionárias domésticas, e ainda a figura da professora na escola. Portanto, é salutar que as crianças entendam, constatem e aprendam que não existe apenas a figura feminina nos espaços de convivência.

Além dos desafios intrínsecos à docência na Educação Infantil, no caso dos homens professores, ocorrem dificuldades relacionadas a noções hegemônicas de masculinidade que se mostraram incompatíveis com o trabalho pedagógico nessa etapa da escolarização. Desse modo, as questões presentes nas trajetórias dos professores homens, revelam quão polarizadas se mostram as noções de feminino/masculino em nossa sociedade e a necessária perspectiva relacional para compreender as relações de gênero na profissão docente.

Entendo, então, que novas pesquisas são necessárias para que se firme a compreensão da atuação e o interesse do profissional masculino na pedagogia

infantil a fim de que haja um reconhecimento de que homens têm muito a contribuir com o processo educacional infantil, tanto quanto a mulher.

Esse estudo visa contribuir, tanto para a minha formação, quanto para o desenvolvimento pedagógico na sociedade, no sentido de oferecer subsídios para desmitificar e ampliar a reflexão no que se refere a ausência masculina na educação de crianças. Assim, tentar minimizar o conceito de que só mulheres sabem cuidar e educar, e que somente elas estariam aptas a desenvolver o trabalho docente em escolas. Tendo em vista que compreendo o pedagogo homem com competência para contribuir significativamente para o pleno desenvolvimento do ser humano, desde que se reconheça a importância da formação do profissional do gênero masculino para atuar neste nível da educação.

Neste sentido, os objetivos a que se propõe este estudo são: Investigar quais os desafios, conquistas, reconhecimentos e limites na atuação dos pedagogos homens na Educação Infantil; identificar a construção social no ingresso do homem pedagogo na Educação Infantil; averiguar os obstáculos postos à atuação do homem pedagogo na Educação Infantil;

Sendo assim, este trabalho tem uma perspectiva qualitativa, ao adotar as modalidades de pesquisa bibliográfica e documental cujas fontes: artigos, livros e documentos com registros de regulações e pesquisas sejam voltados ao tema do homem na pedagogia e como resistências, superações e inserções que se apresentam ao longo do tempo no Brasil. Terá como princípio metodológico a revisão teórica e produção de resumos, conforme orientação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) analisando as produções de Cavalcante (2018), Saviani (2013), Oliveira (2013), Jacques e Jaeger (2017), Kishimoto (2013) dentre outros teóricos. Portanto, as fontes e pesquisas para esta produção serão escolhidas conforme orientação processada e conforme a relevância das teorias, pesquisas e regulações no andamento da pesquisa.

Para tanto, este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. No primeiro apresenta-se uma breve história da Educação Infantil no Brasil e a atuação do homem na educação, no segundo capítulo discute-se: Homens na Educação Infantil: desafios, conquistas, reconhecimentos e limites.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A ATUAÇÃO DO HOMEM NA EDUCAÇÃO

Para iniciar a discussão proposta neste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, compreende-se a necessidade de construir um capítulo no qual apresenta-se uma breve história da Educação Infantil no Brasil. Nesta breve análise histórica sobre a Educação Infantil, percebe-se que esta etapa da educação sempre foi marcada pelo aspecto assistencialista, sendo direcionada inicialmente as crianças pobres, não havia o aspecto educacional como fator dominante nas instituições infantis, e o Estado negava uma educação de cunho formal para as crianças. Outro fator que é notório, é a ausência da figura do homem no atendimento a essa faixa etária. Neste sentido, para chegar ao problema de investigação deste TCC e para a discussão que se pretende neste capítulo elegeu-se os seguintes autores para apresentar e qualificar a discussão aqui proposta: Oliveira (2013); Lira (2015); Saviani (2013); Jaeger e Jacques (2017) e Silva e Andrade (2016).

1.1 Breve história da Educação Infantil no Brasil: da República até a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010)

A história da Educação Infantil brasileira foi marcada por ser assistencialista em um contexto em que as crianças de até seis anos não tinham seus direitos incorporados e legitimados nos atendimentos públicos. A priorização da educação para crianças, quando ocorria, era nas altas classes da sociedade.

Com a industrialização, a partir da década de 1930, com a paulatina participação das mulheres nas fábricas e com a necessidade de melhores condições de trabalho aos operários, surge a exigência de locais onde os filhos das operárias pudessem ser assistidos. Com o aumento na carga horária de trabalho para as mulheres, ocorre o surgimento das instituições infantis, devido ao crescimento da industrialização os donos de fábricas pressionados pelos movimentos sociais e sindicatos, principalmente na década de 1970, implantam as creches, com o intuito de facilitar a vida das mães, mas também intencionando maior produtividade. Segundo Oliveira (2013, p.18):

O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias, produziam melhor.

Nessas alturas, e conforme a construção histórica do processo educacional infantil no Brasil, este deixa de ocorrer apenas no âmbito religioso, onde predominava o papel masculino do sacerdote, e passa a ser instrumento de apoio a dona de casa, agora operária. A responsabilidade do cuidado infantil passa, então, a ser o da figura materna. Logo, é compreensível que o papel da educadora do lar seja estendido a uma outra mulher, agora nas creches, substituindo a visão da mãe em tempo integral.

Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual defendia a educação como função pública, passando a considerar a educação pré-escolar como a base da educação escolar, sendo um ensino elementar, laico e gratuito para meninas e meninos e passando a garantir à sociedade que a educação é de responsabilidade do Poder Público, bem como, procura dar uma ênfase para sua importância como uma preparação para o início da vida escolar daquele sujeito em desenvolvimento.

Surgiu em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que defendia amplo leque de pontos: a educação como função pública, a existência de uma escola única e da coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório. As intervenções educacionais propostas seriam parte de um processo de luta pela cultura historicamente elaborada.

Nas décadas de 1940 a visão padrão de família era o homem como trabalhador e provedor do lar, enquanto cabia à mulher a educação dos filhos, e que foi levada para as creches das fábricas. Tal concepção ainda permanece implícita em alguns segmentos.

De acordo com Oliveira (2013) observa-se que no decorrer da história, a partir dos anos 40, surgiram iniciativas governamentais na área da saúde, previdência e assistência, dando ênfase as creches como instituições de saúde e proporcionando uma concepção assistencialista de educação. Nestes lugares, havia rotina de triagem, auxiliares de enfermagem preocupados com a higiene do ambiente físico, assim buscavam permanecer o caráter assistencial e não educacional, visto que não era evidente a preocupação com o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças pequenas. Mesmo com algumas mudanças na educação ainda existia uma visão que a mulher teria que ater-se ao lar, sendo conhecida como dona de casa.

De acordo com a estudiosa Oliveira (2013), desde o início do século XX até a década dos anos 50, as poucas creches eram vinculadas as indústrias e de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas e, principalmente, religiosas. Em sua maioria, essas entidades, com o tempo, passaram a receber ajuda governamental para desenvolver seu trabalho, além de donativos das famílias mais ricas. O trabalho com as crianças nas creches tinha assim um caráter assistencial-protetoral. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Podemos entender com Oliveira (2013) que, durante a segunda metade do século XX, as características do sistema econômico adotado no Brasil, com um capitalismo dependente e concentrador de riquezas, continuaram impedindo que a maioria da população tivesse satisfatórias condições de vida. Ao mesmo tempo, o incremento da industrialização e da urbanização no país propiciou novo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Creches e parques infantis, que atendiam crianças em período integral, passaram a ser cada vez mais procurados, não só por operárias e empregadas domésticas, mas também, por trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas. Todo esse quadro social refletia o dinamismo do contexto sociopolítico e econômico do início da década de 60, que seria alterado pelos governos militares instaurados no país a partir de

1964, com marcantes reflexos sobre a educação em geral e a educação das crianças pequenas em particular.

Até a década de 1970, o cuidado das crianças era delegado à mulher, segundo os registros históricos, é identificada a participação feminina com o cuidado das crianças. Sobre esta questão Lira (2015, p. 5) argumenta que:

A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que tinha como preocupação as mães trabalhadoras com menos de 40 anos, só foi aprovada em 1º de maio de 1943. Ou seja, foram necessários 406 anos, desde os primeiros ensinamentos dos jesuítas e franciscanos até a primeira lei ser aprovada [para termos], uma base legal [inicializada em nosso país] voltada para o ensino infantil, e ainda assim o foco da lei era as mães e não as crianças. Até meados de 1970 a educação infantil estava vinculada aos órgãos de saúde e assistência.

Foi posto em xeque e visto como uma grande mudança para a educação a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4024/1961 que aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins de infância e sua inclusão no sistema de ensino, tendo como artigos fundamentais:

Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância”.

Art. 24 – “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” (OLIVEIRA, 2013, p.81).

Após tantos anos com um sistema assistencialista na educação para crianças pequenas, houve em 1970 uma preocupação com o desenvolvimento intelectual da criança, trazendo, assim, novos valores e a defesa de um padrão educacional voltado para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Pensando a criança como um ser social e histórico e deixando de ser visto como um objeto, passando a serem sujeitos em desenvolvimento.

Entretanto, essas novas concepções atingiram os jardins-de-infância particulares, os quais comportavam crianças pertencentes às classes médias, enquanto que nas creches públicas, em que se concentravam os filhos de operários, permanecia o caráter meramente assistencialista. Segundo Oliveira (2013) as pré-escolas públicas não possuíam uma proposta pedagógica

organizada, não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna, para a construção de um trabalho pedagógico:

Nem tudo era harmonioso nesse processo. Enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuavam dominantes no trabalho nos parques que atendiam filhos de operários e nas creches que cuidavam das crianças de famílias de baixa renda, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo para crianças eram adotadas pelos jardins de infância onde eram educadas as crianças de classe média (OLIVEIRA, 2013, p. 86).

Um das lutas constantes que ficou evidente e marcada na década de 80 foi feita pelos operários e pelas feministas na busca da democratização da escola pública e o combate às desigualdades sociais, tal como a ampliação de escolas e o acesso da população mais pobre às escolas, permitindo, assim, um aumento significativo do número de creches pelo Poder Público, mas ainda permanecia o assistencialismo como objetivo primordial das creches:

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. (OLIVEIRA, 2013, p. 90).

Em 1985, novas políticas para as creches foram incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento, começando a ser admitida a ideia de que a creche não dizia respeito apenas à mulher ou à família, mas também ao Estado e às empresas. De acordo com Oliveira (2013, p. 90), com o término do período militar de governo, em 1985, novas políticas para as creches foram incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado em 1986. Começava a ser admitida a ideia de que a creche não dizia respeito apenas à mulher ou à família, mas também ao Estado e às empresas. A questão foi cada vez mais incluída nas campanhas eleitorais de candidatos a prefeitos e governadores nos anos de 1985 e 1986 e no plano de governo de muitos dos eleitos.

Em 1996 a Educação Infantil é finalmente integrada na Educação Básica quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/1996 e conforme o Art. 4º, desde então, o Estado assume o dever com a educação escolar pública, oferecendo de forma gratuita em creches e pré-escola

(BRASIL, 2005, p. 17). Com o Estado assumindo o dever da educação e cuidado das crianças, tornou-se possível o surgimento de concursos públicos, e, com isso, a entrada de homens no quadro docente. Aqui se percebe uma mudança no cenário educacional, um momento histórico onde a Educação Infantil deixa de ser uma ação assistencialista e passa a ser exclusivamente pedagógica e educacional.

Surge um novo momento histórico em que o poder público começa a se preocupar com o quê de fato era ministrado nas creches e pré-escolas para as crianças pequenas, analisando o aspecto educacional e pedagógico. Propondo qualidade pedagógica, partindo de uma nova concepção de infância e criança, passando a ser consideradas pessoas em processo de aprendizagem e de desenvolvimento, passíveis de receberem uma educação formal. Neste sentido, a Educação Infantil passa ser compreendida e definida como uma etapa importante na vida das crianças. Assim, essa etapa da Educação Básica proporciona a criança pequena sua aprendizagem e seu desenvolvimento emocional, social, físico, cognitivo.

As Diretrizes de 1999 (Parecer CNE/CEB nº 22/98 e Resolução CNE/CEB nº 01/99) partiram da crítica às políticas públicas para a infância historicamente construídas no país, baseadas em iniciativas de assistência aos pobres e sem um caráter emancipatório, e defenderam um novo paradigma de atendimento com base na Constituição Federal de 1988, que definiu o direito à educação das crianças de zero a cinco anos de idade em instituições de Educação Infantil como um direito social não apenas dos filhos de trabalhadores rurais e urbanos, mas também como um direito da criança. Tais Diretrizes trataram o cuidar e o educar como aspectos indissociáveis e defenderam uma concepção de criança como sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira e principalmente como alguém com direito de viver sua infância (OLIVEIRA, 2013, p. 93).

No final de 2000 houve uma diminuição nas taxas de natalidade de crianças de 0 a 6 anos e tivemos uma grande população de crianças matriculadas em creches e pré-escolas de todo país. Com tantas crianças matriculadas foram necessárias novas ideias para o desenvolvimento da cognição e da linguagem da criança, sendo assim foi modificada a maneira como as propostas pedagógicas para a área eram pensadas. Visto tal necessidade foi promulgada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, sendo definida pelo Conselho Nacional de Educação:

No final do século, duas tendências: à diminuição das taxas de natalidade e, portanto, da população até 6 anos, especialmente dentro de famílias com maior escolaridade, e à inclusão de alunos de 6 anos já no ensino fundamental. Um censo específico para cobrir toda a educação infantil foi realizado em 2000. Dados preliminares apontaram que o terceiro milênio se iniciou com 1.092.681 crianças matriculadas em creches e 4.815.431 crianças matriculadas em pré-escolas em todo o país. Para geri-las, são criados ou ampliados departamentos encarregados de coordenar programas de educação infantil nos órgãos de educação dos municípios (OLIVEIRA, 2013, p. 93).

Na perspectiva das novas diretrizes a autora Oliveira (2013) afirma que o que se pretende é um currículo que estabeleça experiências e aprendizagens a partir das práticas sociais e linguagens e uma íntima relação com a vida cotidiana. Tais Diretrizes ainda proporcionam condições para a concretização dessas concepções estabelecidas sendo a avaliação a formação dos professores e gestores da rede, e ainda estabelecendo as condições estruturais e conjunturais para o trabalho pedagógico com a criança. As Diretrizes representam um marco na história da Educação Infantil brasileira por ter sido construída com a participação de pesquisadores, professores, ao ouvirem os diferentes sujeitos trouxeram as crianças como centro do planejamento e o currículo pensado a partir das diversas linguagens:

Novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem modificaram a maneira como as propostas pedagógicas para a área eram pensadas. Um Referencial Curricular Nacional foi formulado pelo MEC e Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação (OLIVEIRA, 2013, p. 93).

Neste sentido, após os estudos realizados neste capítulo, percebe-se que a Educação Infantil como direito da criança foi se constituindo ao longo do processo histórico e foi construído e modificando a concepção de educação assistencialista, e assumindo as especificidades da Educação Infantil, e assim revendo as concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante de crianças pequenas. Entendemos que o direito e acesso à educação foi uma luta de movimentos sociais organizados por mães operárias, entretanto a Educação Infantil demorou muito para ser considerada uma etapa da Educação Básica,

pois os cuidados com as crianças inicialmente eram voltados para o assistencialismo e cuidados com a sobrevivência.

Após esse estudo, compreendemos que o educador deve conhecer as formas de vida das crianças, seus valores, hábitos e tradições, para poder planejar seu trabalho e pensar em todas as etapas do mesmo, fazendo do cuidar uma prática pedagógica que contribua ainda mais com o desenvolvimento das crianças, também foi compreendido em quais aspectos os documentos oficiais alteram a concepção de criança considerando-as um sujeito com particularidades e singularidades, ou seja, um sujeito integral.

1.2 A construção social da atuação do homem na Educação Infantil

Cabe relatar um certo paradoxo na cultura brasileira em relação ao preconceito da figura masculina no ensino, uma vez que é sabido que a educação se iniciou no País através da catequese feita por jesuítas e franciscanos. Saviani (2013, p. 39), sobre esta questão registra que:

Em 1537 cinco franciscanos espanhóis aportam no porto de Dom Rodrigues em São Francisco do Sul e, a partir daí, desenvolvem uma grande obra catequética junto aos índios carijós na região sul do Brasil entre Cananéia e o Rio Grande do Sul.

Concomitante ao ensino religioso, ocorre o aprendizado da língua portuguesa e sedimentação dos costumes sociais, não somente de adultos, mas também de crianças indígenas. Surge então, uma forma precária de ensino institucional, ainda que mesclado com a religião. Saviani (2011, p. 44) reconhece que:

Essa pedagogia, atribuída a Manoel de Nóbrega, que prevê a conversão do indígena e a doutrinação, está relacionada com a ideia de "civilizar pela palavra". Foi aperfeiçoada pelo padre José de Anchieta, ao criar a gramática da língua geral, que serviu para o trabalho pedagógico na colônia.

Nesse sentido, era de se esperar que a presença masculina permanecesse em todos os níveis até os dias de hoje nas instituições de ensino. Porém, ressalva-se que o intuito do ensino tinha como base a dominação do índio e o aprendizado facilitava tal domínio. Ao longo do tempo quando os primeiros indícios, realmente pedagógicos surgem, eles nascem e se ampliam com base na necessidade de amparo à mulher pobre, dona de casa e mãe.

Segundo Jaeger e Jacques (2017) a construção psicossocial do comportamento do homem na sociedade moderna, e o seu papel no quadro social, é o resultado do encontro de diferentes setores de atuação de indivíduos e grupos que constroem a cultura de um povo através da arte, da história, da economia, da religião e outros. Logo, a visão de masculinidade sofre alterações no decorrer da história, ou seja, o homem guerreiro da antiguidade hoje exerce funções dentro de casa, atividade que era tida como papel da mulher. Este fenômeno representa a flexibilização dos conceitos através do tempo. Jaeger e Jacques (2017, p. 553) reconhecem que “[...] atualmente, essa configuração familiar não é realidade na maioria das famílias, e, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a ideia do homem como provedor vem sendo questionada e alterada.”

O conceito sobre a masculinidade do homem brasileiro é resultado da experiência e aprendizado enquanto cidadãos, mas também sofre a influência de culturas externas, através das mídias de comunicação. Na década de 1960, o movimento de contracultura iniciado nos EUA, que se opunha fortemente contra a guerra no Vietnã, quebrou tabus de gêneros influenciando todo o Ocidente. Nesse período, se por um lado a mulher questionava e lutava por seus direitos, em contrapartida o papel do homem no século XX foi fortemente questionado, mudando permanentemente a visão sobre o que é ser homem, assim como Silva e Andrade, (2016, p. 132) afirmam:

No século XX, quatro acontecimentos produziram mudanças nas relações intra e interpessoais, com profundas repercussões no processo de construção das subjetividades masculina e feminina: a Primeira Guerra Mundial, entre 1914-1918; a Segunda Guerra Mundial, entre 1939-1945; o crescente desenvolvimento da Ciência e Tecnologia; e, por fim, a catalisação de vários eventos sociais que eclodiram, na década de 60 no Movimento da Contracultura

No século XX o mundo se preparava para receber o novo homem, que agora estava livre para demonstrar seus afetos a sua família, livre para chorar sem deixar de ser homem, e para participar da criação de seus filhos, e não somente aquele que trabalha fora para prover comida em casa. O abismo entre as crianças e o homem adulto agora tem uma ponte. E se o pai agora participa da vida de seus filhos cuidando e ensinando, por que não ensinar nas escolas também? Os tabus das profissões a partir de gênero são aos poucos quebrados no século passado. A partir daí, os profissionais da Educação Infantil rompem com os padrões, e afirmam não haver só um modo de lidar com a masculinidade, amor, carinho, afabilidade integram a masculinidade. Deste modo, os homens transcendem a denominação do que é preconizado como característico da masculinidade ou feminilidade (JAEGER, JACQUES, 2017). Na arte homens com cabelos cumpridos e camisetas coloridas, na religião mulheres como pastoras e bispas, no esporte times femininos e na educação o homem começa a entrar na Educação Infantil com o cuidar e o educar de crianças.

No Brasil, o homem como pedagogo vai receber maior notoriedade nas décadas de 1970 e 1980. Saviani (2011), no final da década de 1970, conceitua a Teoria Crítica-Social dos Conteúdos e, de certa forma, essas teorias alimentaram reflexões e análises daqueles que, no País, se colocavam na oposição à pedagogia oficial e à política educacional dominante. Ele afirma que a escola, principalmente a pública, e os conteúdos apresentados em sala de aula devem levar a reflexão dos alunos. Em 1986, Paulo Freire recebe o prêmio da UNESCO de Educação para a Paz. Essa participação do homem no âmbito teórico da educação, por certo, influenciaria e encorajaria a entrada de homens no campo da atuação prática na Educação Infantil.

O MEC/INEP em 2009, realizou um Estudo Exploratório acerca da porcentagem de homens e mulheres trabalhadores na educação. Os dados trouxeram números referentes as quantidades de profissionais na Educação Básica: nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Verificou-se que o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%, respectivamente). No entanto, a cada etapa do ensino regular amplia-se a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no Ensino Médio. Somente na educação profissional encontra-se situação distinta, pois há uma

predominância de professores do sexo masculino. O mesmo documento ainda traz dados de tabelas que organizam os números reais do quadro de docentes brasileiros diante dos diferentes níveis de escolarização:

Gráfico 1- Professores das etapas da Educação Básica segundo o sexo - Brasil- 2007
Fonte: MEC/ INEP/ Deed

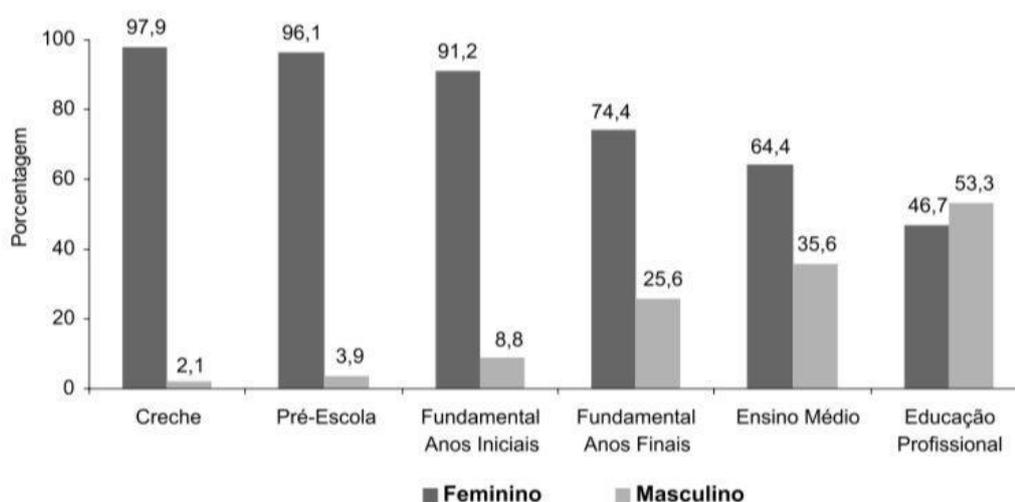


Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007
Fonte: MEC/Inep/Deed

A partir do gráfico acima é possível perceber a grande presença de mulheres nas áreas de educação de creches, pré-escolas, Ensino Fundamental e Médio e uma inversão numérica quando a educação é relacionada às áreas de profissionalização. Esse estudo demonstra que os números estão atrelados aos debates e às problematizações postas nesse estudo.

Por outro lado, o perfil do profissional da Educação presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 se apresenta no Título VI, no qual entende-se que são considerados profissionais da Educação Básica os professores habilitados para a docência; os trabalhadores em educação portadores do diploma de Pedagogia, habilitados em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional; profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Contudo, fica evidente neste estudo questões como a construção da identidade do professor homem na Educação Infantil, ou seja, nesse universo de mulheres, sob a perspectiva da categoria gênero, fica claro a ausência de uma presença expressiva de professores homens no exercício da profissão docente em creches e pré-escolas da rede de ensino. Ao se analisar o quadro de homens nos anos iniciais de escolarização de crianças, foi constatado um número significativamente maior de mulheres em relação ao número de homens.

CAPÍTULO 2

PROFESSORES HOMENS N EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, CONQUISTAS, RECONHECIMENTOS E LIMITES

As relações entre gênero e trabalho docente com foco no papel do homem na Educação Infantil, vem sendo mais discutidas no Brasil nas últimas décadas, a presença de homens exercendo a docência na Educação Infantil parece causar certa estranheza, o que mostra a manifestação de atitudes preconceituosas quanto ao papel e a atuação do pedagogo no trato com crianças pequenas, buscando em fatores históricos o auxílio para identificação da existência de preconceitos ou estereótipos acerca da atuação do homem na Educação Infantil. Para tanto, para a discussão que se faz neste capítulo elegeu-se os seguintes autores: Farias (2016); Schirmann (2019); KISHIMOTO; FORMOSINHO (2013); Silva, Porfirio e Andrade (2016); Cavalcante e Marques (2018); Farias e Reis (2016); Ramos (2021); Ferreira e Oliveira (2019); Cavalcante (2018).

2.1 A atuação do homem pedagogo na Educação Infantil

Quando se aborda a atuação na Educação Infantil inevitavelmente inclui-se a postura ética, visto que a modalidade atua com os primeiros anos de vida da criança e, justamente, quando se encontra em formação a sua base psicológica. Nos primeiros seis anos de vida do ser humano, são estabelecidos os princípios de valores da sociedade em que ele vive, como afirma Gonçalves e Farias (2016, p. 1009): “É notório que a educação infantil adquiriu cunho educativo, reconhecendo a criança como cidadão que possui aspectos

fisiológicos, psicológicos, intelectuais, afetivos, sociais e culturais.” Logo, é compreensível a discussão da entrada e participação do homem na educação, um novo vínculo que quebra paradigmas antigos sobre os papéis dos gêneros na família e nas escolas.

A criança até os seus seis anos de idade vivencia um período de desenvolvimento que Piaget chama de período pré-operacional. Nessa fase, os conceitos estão sendo formados através de uma compreensão muito egocêntrica e, portanto, sujeitada a confusão de ideias presentes nas relações. Schirmann (2019, p. 5) afirma que o período pré-operacional, acontece entre dois aos sete anos, chamado assim porque a criança carrega significações do período anterior, tendo conceitos iniciais confusos, mas em constante construção de ideias lógicas.

Para a criança o mundo gira em torno dela, sente-se o centro das atenções. Por isso, a noção do eu e do outro ainda não está claro para ela. A noção do que é o bem e o que é mal, por exemplo, está a todo momento sendo (re)criado. Nesse período muito especial, os conceitos são, em geral, absorvidos de forma lúdica em histórias contadas/criadas. A independência da ação infantil é um estado primordial do significante lúdico, sem este estado o lúdico não existe, destes dependem a agência da criança, as escolhas que viabilizam a entrada da criança no imaginário (KISHIMOTO; FORMOSINHO, 2013, p. 25), portanto, ainda não estão devidamente definidos.

A compreensão dos espaços das interrelações e a importância de terceiros (pessoas que não são os seus pais) em sua vida, aos poucos vai sendo formada em sua mente. Dentro desse quadro, as primeiras noções de ética começam a ser absorvidas pela criança, muito mais pelos exemplos vistos do que pelas palavras ditas. Assim, aos poucos ela vai criando uma afetividade entre as partes, portanto, o educador tem um papel fundamental nesse desenvolvimento já que ele irá representar uma “ponte” para o mundo, além do lar da criança. De conformidade com o que a LDB 9.394/1996 (BRASIL, 2005, p. 17) preconiza em seu Art. 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Neste sentido, significa que o professor/educador tem papel fundamental no desenvolvimento da afetividade da criança, e cabe, nesse momento ao pedagogo homem, demonstrar de forma profissional que ele pode ser sensível e atencioso para com as necessidades da criança, sem, contudo, perder a didática e a competência de sua profissionalidade. É importante ressaltar que a concepção abstrata da masculinidade soberana, recai sobre diversas etapas da vida dos homens e é estimulada a todo tempo. Assim sendo, de conformidade com Silva, Porfirio e Andrade (2016), essa concepção é conveniente com a cultura em que este homem está inserido. No entanto, serão as boas condutas, tanto na fala quanto na escuta dentro da sala de aula, e a postura ética nas relações estabelecidas, serão fatores que contribuirão para que o pedagogo homem contribua para um novo significado da figura masculina na atuação com o público infantil.

Famílias que ainda possuem a cultura do patriarcado fortemente enraizada, não aceitarão facilmente a imagem de um homem banhando um bebê, trocando suas fraldas, cuidando de suas necessidades, já que essas funções são associadas à figura feminina. Nesse caso, prevalecem conceitos éticos antigos, que estão em choque com uma nova realidade, e que não se vincula somente ao meio da educação, pois a participação do homem em áreas até então exclusivamente femininas é facilmente mostrada hoje nos meios de comunicação. Cavalcante e Marques (2018, p. 3) argumenta que:

Sobre a área da docência que é dedicada a infância comentamos sobre as concepções de divisão de gêneros, onde as mulheres são inseridas no conceito da esfera reprodutiva e os homens na esfera produtiva, e no mesmo contexto a Educação Infantil leva a ideia que educar e cuidar é papel da mulher, pois se relaciona a noção de maternidade e cuidado, e isso considera comum a grande maioria de mulheres na profissão de educadoras e, os homens serem desvalorizados e até mesmo sofrer preconceitos na atuação da profissão.

De certa forma, a mídia tem facilitado a nova visão masculina, vídeos de homens cozinhando, cuidando da casa, cuidando dos filhos ainda bebês junto às suas esposas no Youtube, Instagram e outros meios de comunicação têm ganhado grande visibilidade. O novo pai exerce hoje também uma função de ensino muito presente aos seus filhos. Vários canais da internet mostram essa

nova visão, e apresentam altos índices de seguidores dentro da casa de milhões. Educadores e professores que fogem ao padrão do homem cisgênero, como homossexuais, drags e transexuais vêm alcançando visibilidade nas mídias como profissionais da área.

O fato de que os concursos públicos no Brasil não impedem que homens com orientação sexual que diferem da cultura judaico-cristã entrem na rede de ensino, permitiu o surgimento dessa nova realidade presencial e não somente por meio das mídias. Neste aspecto, a democracia na Constituição brasileira tem valido em suas propostas, segundo o que é instaurado na LDB 9394/1996, Art. 61 (BRASIL, p. 26): “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos...”, sem distinção sexual, somente com o olhar para a formação dos profissionais, hoje temos o amparo legal de que os homens estão perfeitamente aptos em suas formações profissionais, independentemente de particularidades íntimas podem legalmente cumprir com o exercício de sua profissão, avaliados pelas suas competências.

Logo, as barreiras vividas hoje no cenário da educação pelos homens pedagogos têm sido muito mais no âmbito das relações interpessoais com pais e colegas de profissão do que institucional. Visto que as instituições não podem legalmente impor condutas diferenciadas ao professor (homem) ou impedir sua inclusão. O profissional tem sempre uma atuação de comprovação de competência e ética que é validade pela escuta diária das crianças. Pela fala lúdica do filho ao chegar em sua casa, ou até mesmo no comentário inocente com coordenadores e diretores, percebe-se a importância da participação do educador, aquele que está em contato direto e contínuo. Segundo Gonçalves, Gonçalves, Farias e Reis (2016, p.20):

É importante ressaltar que a educação dos primeiros anos de vida é o pilar para a construção do sujeito e, portanto, o profissional que atua com essa faixa de ensino, independentemente do sexo, deve ser bem preparado para atender as necessidades de seus alunos.

Tais argumentações, referem-se a crianças que têm idade suficiente para se expressar através das palavras, e que já possuem um pouco de independência para a realização de suas necessidades básicas. Talvez por isso

exista a ideia, verdadeira ou não, de que a família se sentirá mais tranquila quando o homem pedagogo cuidar apenas de seu filho mais velho, resguardando-se a fragilidade das crianças de 0 a 3 anos e a incapacidade de relatar abusos diversos, estes sim, na concepção de algumas instituições podem deixar o grupo familiar da criança inseguro. Ramos (2021, p. 129) assinala que:

No imaginário das equipes gestoras de muitas instituições educacionais, promover a lotação do profissional homem nos agrupamentos que correspondem a pré-escola, ou seja, nos agrupamentos de crianças de 4 e 5 anos, diminui as tensões entre famílias por serem crianças maiores que conseguem relatar com mais desenvoltura seus cotidianos na convivência com esse profissional. Outro fator que determina essa lotação é o fato das crianças de 4 e 5 anos terem mais autonomia na hora do banho.

Entende-se que a qualidade do trabalho do professor é contestada ou aprovada pela participação da família ao adicionar o seu aval junto à coordenação e direção do estabelecimento. Trabalho que precisa sempre estar em harmonia com o auxiliar de sala, pois ao se alcançar o objetivo de cada meta proposta pela educação, o quadro final sempre será o de trabalho em equipe. Ramos (2021, p. 131) afirma que:

A maioria dos profissionais afirma reconhecer-se como profissionais de Educação Infantil. A justificativa para esse reconhecimento se dá por buscar atender as crianças com qualidade, pelo reconhecimento das famílias, pela busca do conhecimento e novas aprendizagens, por perceber que a criança aprende e ensina. Outro ponto que aparece nas respostas dos profissionais é que muitos auxiliares de atividades educativas se reconhecem como professores pelo trabalho que realizam junto às crianças. No entanto, há que se ter claro que na ação de cuidar e educar crianças em contextos de vida cotidiana, tanto o professor como o auxiliar, precisam também desenvolver uma ação conjunta junto às crianças, apoiando-as e encorajando-as em seus desafios e possibilidades, sem separar o que é fazer de um e fazer do outro.

Enfim, ainda hoje a docência na Educação Infantil não é área de trabalho onde a presença masculina tem uma participação de grande peso. Professores homens são bem aceitos quando trabalham com pré-adolescentes e adolescentes. Mas hoje se vislumbra mudanças, principalmente através de novos ingressos de homens no início da Educação Básica vindos dos concursos públicos. Ou seja, o homem está cada vez mais presente no cuidado das crianças nos ambientes domésticos e através do serviço público na Educação

Infantil, assim, aos poucos, a antiga realidade contrária e limitadora vem sofrendo significativas alterações.

2.2 Limites na atuação do homem pedagogo na Educação Infantil

O educador infantil contemporâneo muitas vezes vai se deparar com receios, medos e até preconceitos em seu ambiente de trabalho, de parte dos pais das crianças, funcionários das escolas e de colegas, e são resquícios de um passado, pois a ideia do masculino transmitia uma imagem de incompatibilidade para cuidar das crianças. Os medos surgem na sociedade por conta de uma visão retrógada de incompetência do homem cuidar de uma criança, e se estende ao medo de prováveis abusos sexuais por parte do educador. O medo da pedofilia se torna presente em relação ao educador do gênero masculino, visto que os cuidados com crianças na Educação Infantil, por vezes, demandam ser íntimos. Ferreira e Oliveira (2019, p. 307) admitem que:

O fator etário desta etapa da educação básica é primordial para o estudo de possíveis preconceitos e estereótipos da atuação do homem na docência, uma vez que nesta idade (até os 5 anos) a criança demanda maiores cuidados íntimos, tais como banho, troca de fralda, troca de roupa e acompanhamento em banheiro.

Por conta dessa realidade, a orientação para o profissional é que não haja contato físico durante os momentos de higiene. Os banhos das crianças são assistidos e orientados pelos professores, pois eles são ensinados a como proceder da melhor forma enquanto se lavam. Tal postura é relativamente nova no meio da educação e serve, tanto para professores homens quanto para mulheres. É claro que tal procedimento com os cuidados de excesso de aproximação não servirá para os bebês e para as crianças com determinadas necessidades especiais. A solução então, parece estar longe da aquisição de condutas padrão para os profissionais, porém, tais procedimentos trarão ao menos uma amenização da tensão gerada pela problemática Ferreira e Oliveira (2019, p. 307) argumentam que:

A inserção do homem nesse mercado gera conflitos com o conceito original daquela divisão sexual do trabalho, em parte pelo preconceito sobre a atuação em sala de aula, em especial na educação infantil, em que se constata certa restrição, supostamente em função do gênero, que afasta os homens de atribuições que envolvem contato direto com a criança, como os banhos e cuidados especiais.

A solução para ultrapassar tal concepção, atualmente, se encontra no resultado do trabalho, dedicação e nível do profissionalismo do professor homem. Portanto, demanda a relação interpessoal do educador com os pais dos alunos e, principalmente, com as próprias crianças e que irá validar a confiança necessária para quebrar a barreira do medo associado à intimidade. Os pais, por sua vez, filtram e compreendem na fala dos filhos como tem sido a relação dos profissionais nas instituições. Surge assim, uma base de confiança dos pais, não somente para com os professores, mas também com a direção da instituição.

Para o pedagogo torna-se gratificante receber o reconhecimento pelo trabalho que realiza e o respeito que tem por cada um dos sujeitos crianças, mães, pais e a direção do estabelecimento educacional, independentemente de suas inseguranças e medos. Desse modo, irão se estreitar laços para garantir uma parceria em prol da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças. Ramos (2020 p. 138) ressalva que:

Essa forma de conceber o trabalho dos homens de forma “tranquila” só acontece com o tempo, quando a comunidade vai conhecendo o trabalho desses profissionais e das devolutivas das crianças em relação a eles. Tal afirmação pode ser percebida quando é perguntado aos participantes da pesquisa se alguma família já expôs insegurança em tê-los como profissional que cuida e educa seus filhos.

Os receios de pais e funcionários quanto a abusos sexuais provindos do educador homem, geralmente são agravadas pelas dificuldades que a sociedade brasileira tem em relação aos negros, homossexuais e transexuais. O preconceito, o racismo e a homofobia ainda predominantes, no País, contribuem para o desenvolvimento de obstáculos para o profissional homem. É muito comum para racistas e homofóbicos associarem a cor da pele e a orientação sexual com o caráter do indivíduo. Infelizmente, no Brasil, ainda existe a ideia por parte de pessoas sem informação, portanto, intolerantes de que negros,

homossexuais e transexuais não possuem um bom caráter, por isso a pedofilia é facilmente associada a tais grupos. Ramos (2020, p. 138) reconhece que:

As desconfianças, julgamento, comprovação e até se colocar no lugar do outro como pai. Nesse último caso é necessário, segundo um dos profissionais, até superar racismos e homofobias por parte das famílias, nos campos das tensões o melhor caminho é o diálogo e a empatia do que o embate, mesmo porque quem vai dar a devolutiva do trabalho deles são as crianças.

As inseguranças quanto à presença masculina na Educação Infantil permeiam também o medo quanto aos abusos psicológicos e a negligência quanto aos cuidados necessários a uma criança. Já que a violência e a omissão de cuidados para com o menor são ainda muito atribuídas à figura masculina dentro do lar. A imagem do pai violento ou omissor é transferida ao educador. Cavalcante (2018, p. 4) admite que:

Na maioria das vezes a família dos alunos tem preconceito pela questão do cuidado, eles não sentem medo da criança receber o conhecimento de um homem e sim de receber os cuidados pessoais de um homem, e essa visão é dada por conta do conceito que a Educação Infantil é apenas um lugar onde a criança está para ser cuidada enquanto seu pai tem outros afazeres e não para aprender de fato, e é muito pelo contrário a criança desde o primeiro dia recebe cuidados e, também conhecimentos.

Estes fatores criam obstáculos e limites na participação do homem educador, dificultando a aceitação da presença masculina nesse meio profissional. Causando muitas vezes situações de constrangimentos para todas as partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos realizados neste TCC, percebe-se que a Educação Infantil como direito da criança foi se constituindo ao longo do processo histórico, e foi construindo e modificando a concepção de educação assistencialista, e assumindo as especificidades da Educação Infantil. Entendemos que o direito e acesso à educação foi uma luta de movimentos sociais organizados por mães operárias.

A partir dos estudos realizados, pode-se constatar um certo paradoxo na cultura brasileira em relação ao preconceito da figura masculina no ensino, uma vez que é sabido que a educação se iniciou no país através da catequese dos jesuítas e franciscanos. Concomitante ao ensino religioso, ocorre o aprendizado da língua portuguesa e sedimentação dos costumes sociais, não somente de adultos, mas também, de crianças indígenas, com isso parece que era de se esperar que a presença masculina permanecesse até os dias de hoje nas instituições de educação.

No Brasil, o homem como pedagogo vai receber notoriedade nas décadas de 1970 e 1980. Em 1986, Paulo Freire recebe o prêmio da UNESCO de Educação para a Paz. Contudo, fica evidente a ausência de uma presença expressiva de professores homens no exercício da profissão docente em creches e pré-escolas da rede de ensino. Ao se analisar o quadro de homens foi constatado um número significativamente maior de mulheres em relação ao número de homens. As relações entre gênero e trabalho docente, com foco no papel do homem na Educação Infantil, vem sendo discutidas no Brasil nas últimas décadas, a presença de homens na docência na Educação Infantil, parece causar manifestação de atitudes preconceituosas quanto o trato com crianças pequenas.

Refletindo sobre o objetivo do presente estudo, qual seja, de verificar as conquistas e os reconhecimentos e a representação do profissional homem na Educação Infantil, é possível afirmar que esses sujeitos enfrentam preconceito

por atuarem em uma profissão em que a representação social vigente é a de que é a mulher que possui atributos inatos para essa área educacional.

No entanto, o professor/educador tem papel fundamental no desenvolvimento da afetividade da criança, e cabe ao pedagogo homem, demonstrar de forma profissional que ele pode ser sensível e atencioso para com as necessidades da criança, sem, contudo, perder a didática e a competência de sua profissionalidade. Entendemos que tendo uma boa escuta dentro da sala de aula, e a postura ética nas relações estabelecidas serão fatores que contribuirão para que o pedagogo homem contribua para um novo significado da figura masculina na atuação com o público infantil.

De certa forma, a mídia tem facilitado uma nova visão masculina de homens cozinhando, cuidando da casa, cuidando dos filhos ainda bebês. O novo pai exerce hoje também uma função de ensino muito presente para seus filhos. A internet mostra essa nova visão, os concursos públicos no Brasil não impedem que homens com orientação sexual que diferem da cultura judaico-cristã entrem na rede de ensino, permitindo o surgimento dessa nova realidade presencial, não somente por meio das mídias.

O trabalho do professor é contestado ou aprovado pela participação da família ao adicionar o seu aval junto à coordenação e direção do estabelecimento de ensino. Hoje se vislumbra mudanças no ingresso de homens no início da Educação Básica vindos dos concursos públicos. O homem está cada vez mais presente, aos poucos, a antiga realidade limitadora vem sofrendo significativas alterações.

O educador contemporâneo, muitas vezes, vai se deparar com medos e preconceitos em seu trabalho, por parte pais, funcionários e colegas. A solução se encontra no resultado do trabalho, dedicação e do nível do profissionalismo do professor homem.

O profissional tem sempre uma atuação de comprovação de competência e ética que é validado pela escuta diária das crianças, pela fala lúdica do filho ao chegar em sua casa, ou até mesmo no comentário inocente com coordenadores e diretores, percebe-se a importância da participação do educador, aquele que está em contato direto e contínuo com a criança.

Após realizar os estudos para a elaboração deste TCC, pode-se afirmar que para se ter um reconhecimento como profissional é necessário buscar

atender as crianças com qualidade e profissionalismo em suas demandas, logo terá o reconhecimento das famílias, visto que, as necessidades das crianças serão supridas pelos profissionais com competência. Neste sentido, faz-se necessário que o educador esteja aberto a buscar sempre novos conhecimentos e novas aprendizagens e perceber que a criança aprende e ensina. No entanto, terá que ter clareza que na ação de cuidar e educar crianças em contextos de vida cotidiana, tanto o professor como o auxiliar, precisam também desenvolver uma ação conjunta junto às crianças, apoiando-as e encorajando-as em seus desafios e possibilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p. : il..

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília: SEEP, 2005. Subsecretaria de Edições Técnicas Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Disponível em: 27 nov. 2021.

CAVALCANTE, Adriana Vieira.; MARQUES Gisela de Moura Bluma. **A presença feminina e a ausência masculina na educação infantil: uma dicotomia cristalizada**. III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem. XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul. III Encontro dos Programas dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras. 06 a 08 de junho de 2018: Anais. Campo Grande: UEMS, 2018. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/jornadaeducacao/article/view/4883/4909>>. Acesso em: 27 out. 2021.

FERREIRA, Murilo Rocha; OLIVEIRA, Ivanilton José de. **A atuação do homem na docência da educação infantil no brasil**. Revista Plurais-Virtual, Anápolis, Go, v. 9, n. 3, p. 303-316, set./dez. 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/MARCOS%20ANTONIO/Downloads/11420-Texto%20do%20artigo-42449-1-10-20210211%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/MARCOS%20ANTONIO/Downloads/11420-Texto%20do%20artigo-42449-1-10-20210211%20(4).pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GONÇALVES, Josiane Peres; FARIA, Adriana Horta de; REIS, Maria das Graças Fernandes de. **Olhares de professores homens de educação infantil: conquistas e preconceitos**. Perspectivas, Florianópolis, v. 34, n. 3, p.988-1014, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n3p988/pdf_1>. Acesso em: 30 set. 2021.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. **Masculinidades e docência na educação infantil**. Rev. **Estud. Fem.**, v. 25, n. 2, p. 545-570, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/M9qfpLxghJxZPF7qxKDG59n/?lang=pt>>.

Acesso em: 23 de novembro de 2021.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia (Orgs.). **Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; BERNARDIM, Geovana de Paula. **O profissional do gênero masculino na educação infantil: com a palavra pais e professores**. **Poiésis**, v. 9, p. 80-97, 2015. Disponível em: <<https://1library.org/document/y69v0m5y-profissional-g%C3%AAnero-masculino-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-palavra-pais-professores.html>>.

Acesso em: 24 nov. 2021.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de. **Creches: crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil** [livro eletrônico]: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2013.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964.

RAMOS, Clemerson Elder Trindade. **Quem tem medo do lobo mau?: inquietações e medos sobre o trabalho do homem na educação infantil**. 2020. 379 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de PósGraduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4553/2/Clemerson%20Elder%20Trindade%20Ramos.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas SP: Autores Associados, 2013.

SCHIRMANN, Jeisy Keli et al. **Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget**. VI Congresso Nacional de Educação (Conedu) Fortaleza. 24 a 26 de outubro de 2019: Anais. Fortaleza: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092019225225.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, Rafael Matias da; ANDRADE, Fernanda Wanderley Correia de Andrade. **O marido da Barbie: os novos paradigmas da masculinidade contemporânea**. LUMEN, Recife, v. 25, n. 1, p. 129-146, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fafire.br/diretorio/lumen/lumen_v25n1_a09.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.